

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA**  
**Estado do Paraná**

**LEI N.º 1015/2003 – DE 10 DE SETEMBRO DE 2003**

Súmula: "Regulamenta o pagamento dos débitos ou obrigações de **pequeno valor** do Município e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERTANEJA, Estado do Paraná.  
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Sertaneja, Estado do Paraná, APROVOU e EU, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte,

**L E I**

Art. 1.º - Serão consideradas de **pequeno valor**, os débitos ou obrigações consignadas em precatórios judiciais, que tenham valor igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos.

Parágrafo Único – Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo mediante requisição.

Art. 2.º - Ressalvados os créditos de **pequeno valor**, definidos no artigo anterior desta Lei, os de natureza alimentícia, os decorrentes de ações trabalhistas e os que tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em Juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação da Emenda Constitucional n.º 30, de 13 de setembro de 2000, assim como os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo de até 10 (dez) anos, seguindo a seguinte tabela:

De 11 a 30 Salários Mínimos	Até 01 ano
De 31 a 100 Salários Mínimos	Até 02 anos
De 101 a 300 Salários Mínimos	Até 04 anos
De 301 a 500 Salários Mínimos	Até 06 anos
Acima de 500 Salários Mínimos	Até 10 anos

Parágrafo 1.º - As parcelas anuais tratadas no *caput* deste artigo poderão ser, a critério do credor, decompostas em prestações anuais, bimestrais ou semestrais.

Parágrafo 2.º - As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.


Parágrafo 3.º - O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 2003.

  
**RENATO TAVARES**  
Prefeito Municipal

**CERTIFICO, que o presente foi devidamente publicado no Órgão oficial do Município de Sertaneja-Pr. "Jornal A Voz do Povo", na Edição nº 3321 de 11 a 24/09/2003**

  
**Assinatura**  
Rita de Cassia Marino Silva  
Assessora de Imprensa  
RG 6.401.468-4 Dec. 2.099/01  
Sertaneja -Pr